

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

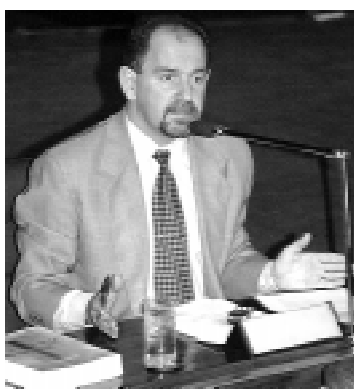
ANO VIII – Nº 1.433 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2002



Alcântara acredita que haverá grandes discussões sobre flexibilização da CLT

Prioridades do governo incluem temas polêmicos, afirma Alcântara

Na opinião do senador Lúcio Alcântara, a lista de propostas consideradas prioritárias pelo Executivo para votação este ano contém projetos de difícil aprovação.



Dutra não concorda com a definição de mandato para o presidente do BC

Dutra apóia prorrogação da CPMF, mas quer reduzir alíquota

A CPMF deve ser prorrogada, pois tornou-se um instrumento eficiente no combate à sonegação, diz José Eduardo Dutra. Mas ele quer discutir a redução da alíquota.



Alberto Silva prevê atenção especial para questões de segurança pública

Alberto Silva diz que PMDB vai discutir as propostas

Como “homem de partido”, Alberto Silva vai aguardar uma avaliação do PMDB sobre a lista de prioridades definida pelo governo para votação este ano.



Freitas Neto vê assuntos polêmicos, mas com condições de aprovação

Freitas Neto quer esforço do Congresso para votar matérias

Embora 2002 seja ano eleitoral, o Congresso não pode ficar paralisado, afirma Freitas Neto. Ele defende um esforço conjunto que permita votar a pauta prioritária.

Tebet debaterá com Judiciário medidas contra a violência

Presidente do Senado terá encontros com os presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que vai se encontrar, no dia 15, com os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, e do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Costa Leite, para ouvir suas idéias sobre medidas que possam reduzir a violência e

a criminalidade no país. Tebet adiantou que também pretende sugerir, nesses encontros, um mutirão nacional em defesa do cumprimento das leis. Conforme o senador, o país tem muitas leis sobre segurança pública, o que falta é cumpri-las.



Carlos Bezerra quer presídios funcionando de acordo com a Constituição e a Lei de Execução Penal



Romeu Tuma propõe definição de percentuais orçamentários para a segurança pública

CCJ analisa projeto para melhorar condições dos presídios



Segurança pública pode ter recursos vinculados no Orçamento da União

PÁGINA 3



O presidente do Ibama, Hamilton Casara, entregou ontem ao presidente do Senado, Ramez Tebet, a licença ambiental que permitirá a construção de uma usina termelétrica na cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul (Página 2).



Antonio Carlos Júnior propõe inserir o pecúlio no Programa Bolsa Escola Federal

Antonio Carlos Júnior quer pecúlio para aluno pobre

Os alunos do ensino fundamental da rede pública cujas famílias se encontrem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda mensal em torno de R\$ 60,00, poderão ter acesso a um pecúlio a ser resgatado quando concluírem a 8ª série. O depósito inicial, a ser efetuado na 1ª série, será no valor de 60% do salário mínimo. A criação desse tipo de poupança para os alunos carentes foi proposta pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) em projeto de lei que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e que tem como relator o senador Waldeck Ornélas, também do PFL baiano.

De acordo com o projeto, os alunos só terão direito ao benefício se forem aprovados. Ao final de cada ano, os alunos terão direito a novos créditos em valores crescentes, chegando na 8ª série a 130% do salário mínimo, tudo corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, com remuneração de 8% ao ano.

A proposta de Antonio Carlos Júnior foi batizada de Programa Especial de Pecúlio Estudantil e tem por objetivo combater a evasão escolar e a repetência, além de estimular os alunos a frequentarem as salas de aula. A poupança, se aprovada, será inserida no âmbito do Programa Bolsa Escola Federal, que já conta com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Ibama concede licença para usina em Mato Grosso do Sul

Presidente do Senado, Ramez Tebet, diz que a obra é uma luta secular da região e não vai ajudar só o estado, mas todo o Brasil

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem, do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Hamilton Casara, a licença ambiental que permitirá a construção da usina termelétrica na cidade de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. A obra estava dependendo da licença para ser iniciada.

— A construção dessa usina, que irá aproveitar o gás boliviano, é uma luta secular da região e não vai ajudar só o estado de Mato Grosso do Sul, mas todo o Brasil, gerando energia, trabalho, novas indústrias e empregos — disse o senador, acrescentando que as linhas de transmissão da usina irão passar por 720 quilômetros do estado.

Ramez Tebet lembrou que essa é apenas uma das três usinas de geração de energia, na modalidade de termelétricidade, destinadas ao estado de Mato Grosso do Sul no programa Avança Brasil. As



Linhas de transmissão da usina termelétrica de Três Lagoas vão passar por 720 quilômetros no estado de Mato Grosso do Sul

outras duas serão construídas na cidade de Corumbá e na região de Campo Grande.

O senador pediu ao presidente do Ibama que a licença ambiental da usina de Corumbá seja liberada com a maior brevidade possível. O presidente do Ibama prometeu o documento para um prazo máximo de 15 dias.

O presidente do Senado, por sua vez, elogiou o trabalho do Ibama,

observando que hoje todos os projetos de envergadura, como hidrovias, hidrelétricas, termelétricas e refinarias, precisam passar pelo crivo do órgão.

— O Ibama tem importância especial no atual estágio do Brasil, que se encontra em um processo de desenvolvimento auto-sustentável voltado para o progresso em consonância com a preservação da natureza — disse Tebet.

Alcântara registra criação de parque no Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou ontem a criação do Parque Nacional de Jericoacoara, no estado do Ceará. O senador disse ter recebido um telefonema do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, confirmando a

criação, por decreto, da Área de Proteção Ambiental, que terá uma área de 8.416 hectares, localizados entre os municípios de Cruz, Jijoca e Jericoacoara.

O parque ecológico será administrado pelo Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e tem como objetivo proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurando ainda oportunidades controladas para uso público, educação e pesquisa científica.

Gilvam apóia proposta de senador vitalício

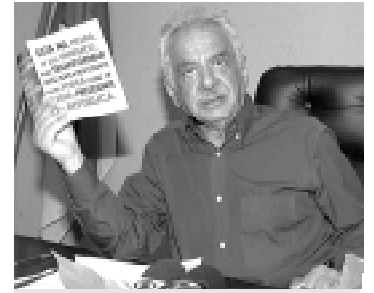


Gilvam diz que proposta deve ser ampliada a todos os ex-presidentes

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) considera justa a discussão da proposta de emenda à Constituição que cria o cargo de senador vitalício para ex-presidentes da República, desde que seja ampliada a prerrogativa aos antecessores do presidente Fernando Henrique.

Caso a PEC seja aprovada com o texto atual até o final de 2002, Fernando Henrique será o único beneficiado.

Gilvam sustenta que os ex-presidentes da República “realmente têm um acervo, uma experiência fabulosa, que configura um patrimônio que não pode ser desperdiçado de maneira nenhuma pelo Senado”.



Simon diz que é pré-candidato “para salvar a história, a moral e a biografia do partido”

Simon critica desrespeito à decisão do PMDB

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) divulgou carta que enviou ao presidente de seu partido, deputado Michel Temer (SP), pedindo apoio irrestrito à decisão da convenção em que 98,7% dos participantes decidiram pela candidatura própria do PMDB à Presidência da República. Além de Temer, a carta critica os líderes do partido no Senado e na Câmara, Renan Calheiros (AL) e Geddel Vieira Lima (BA).

O senador gaúcho chamou de “aliança espúria” a chapa engendrada por Renan Calheiros em Alagoas, em que ele seria candidato ao governo do estado e o ex-presidente Fernando Collor ao Senado, conforme divulgado pela imprensa. Simon lembra, na carta, que Collor foi “apeado constitucionalmente do poder numa ação moralizadora que empolgou o país e que teve origem numa iniciativa do PMDB”.

— A que ponto chegou a falta de escrúpulos de nossas lideranças mais expressivas! — afirmou Simon, ao ler a carta para os jornalistas.

Simon também criticou Temer, que, em vez de rechaçar, tem apoiado as manifestações contrárias à escolha de um candidato próprio. Ele afirmou ser pré-candidato a presidente não por um projeto pessoal, mas “para salvar a história, a moral e a biografia do partido”. E acrescentou que o senador José Sarney (PMDB-AP) — que declarou pertencer ao partido de sua filha, Roseana Sarney, pré-candidata à Presidência pelo PFL — deveria se licenciar do PMDB durante a campanha.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Tebet ouvirá do Judiciário idéias contra a violência

Em encontro com os presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, presidente do Senado pretende também sugerir um mutirão nacional em defesa do cumprimento das leis

O presidente do Senado, Ramez Tebet, terá encontros no dia 15 com os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, para ouvir suas idéias sobre medidas que possam reduzir a violência no país.

— O Congresso precisa das sugestões da área da Justiça, porque quem usa a lei no dia-a-dia dos julgamentos com certeza tem propostas para reduzir a criminalidade no país — afirmou Tebet.

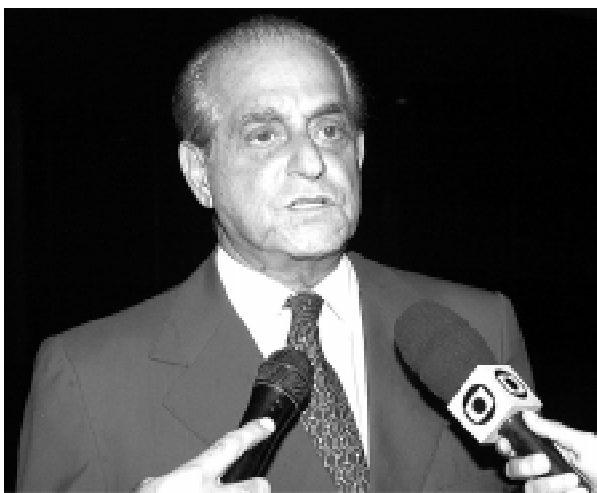
Ele adiantou que também pretende sugerir, nesses encontros, um mutirão nacional em defesa do cumprimento das leis. Esta é, na opinião do senador, uma das medidas mais importantes no combate à violência.

— Não tem jeito de começar o ano legislativo sem ser por esse assunto. O Congresso estará voltado para o preparo das leis e o aprimoramento de outras já existentes na área de segurança. Mas é preciso atentar para o fato de que o país tem muitas leis nesse sentido, o que falta é cumpri-las — observou.

Uma comissão de 19 senadores e 19 deputados começará a examinar no dia 15 dezenas de projetos que tramitam no Legislativo abordando o problema da segurança. A seguir, os projetos selecionados serão submetidos a votação, o que deverá ocorrer dentro de 60 a 90 dias, na previsão de Ramez Tebet.

Detector de metais para advogados é constitucional, diz senador

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que a medida provisória editada nesta semana determinando que advogados passem por detectores de metais ao entrar em presídios é constitucional. Diante da seriedade da situação por que passa



Tebet: "Família brasileira quer tranquilidade para trabalhar e viver"

Ele expressou a preocupação de que o assunto não seja esquecido, pois a questão da segurança é motivo de apreensão na sociedade.

— É necessária uma solução para o problema, porque a família brasileira quer ter tranquilidade para trabalhar e viver. O papel do Congresso não é prender bandido. O Legislativo é um poder desarmado fisicamente, mas é armado da autoridade para fazer as leis — disse.

UNIFICAÇÃO

Comentando um dos projetos sobre segurança em tramitação no Congresso, o presidente do Senado disse que confia em uma boa solução para a questão da unificação das polícias militar e civil.

— Não acredito em milagres, mas a integração entre as duas corporações, se promovida por líderes capazes de alcançar acordos, como governadores e secretários

de Segurança, a exemplo do que já se observa em alguns estados, eu considero perfeitamente possível — avaliou Tebet.

Ainda sobre esse assunto, o senador defendeu a aprovação urgente do projeto que cria as guardas municipais. Ele ressaltou, porém, a necessidade de essas guardas serem utilizadas para a segurança pública de maneira geral e não apenas para proteção dos prédios públicos, como prevê a proposta.

Tebet defendeu também a reforma total do sistema penitenciário, dizendo que considera injusto que o país gaste R\$ 500 por mês com cada presidiário, enquanto o salário mínimo é de R\$ 180. "Isso é um absurdo. Está na hora de o preso trabalhar, talvez em penitenciárias agrícolas, enquanto o Estado investe na tentativa de recuperá-lo", opinou.

o Brasil — com resgates de presos sendo feitos até por helicópteros —, "alguma coisa precisava ser feita", avaliou.

Tebet disse não ver problema nenhum em advogados passarem por detectores de metais. Afinal, lembrou, ele próprio, que

é senador, submete-se a esse procedimento nos aeroportos. Para o presidente do Senado, é preciso haver sigilo dos documentos carregados pelos advogados. Os documentos não devem ser revistados, mas buscar armas não é uma invasão, opinou.

Proposta de Tuma assegura recursos para segurança pública

Assim como a educação e a saúde, a segurança pública também poderá contar com recursos vinculados no Orçamento da União. A inovação está prevista em proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) — uma das três de autoria de senadores, sobre o tema da segurança pública, que tramitam atualmente no Senado.

De acordo com a proposta de Tuma, que está pronta para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a União aplicará pelo menos 10% da receita resultante de impostos na organização e manutenção dos órgãos de segurança pública. O percentual sobe para 20% das receitas, no caso dos estados e do Distrito Federal. Uma futura lei, ainda segundo a proposta, estabelecerá um plano nacional de segurança pública.

"É notória a insuficiência de recursos para os órgãos de segurança pública", afirma Romeu Tuma na justificativa de sua proposta; "o que se pretende é garantir, para a segurança, os recursos essenciais ao seu funcionamento, de forma a garantir a eficiência de suas atividades".

Outra iniciativa destinada a combater a criminalidade é a que permite aos municípios com mais de um milhão e meio de habitantes constituir unidades de bombeiros e policiais militares. A proposta — também pronta para votação na CCJ — foi apresentada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para quem ela se enquadra em uma tendência contemporânea de municipalização dos serviços públicos.



Romeu Tuma propõe destinar 10% da receita de impostos da União para segurança pública

"A proposta visa tornar a segurança pública uma garantia constitucional mais próxima do cidadão e mais efetiva, particularmente nos municípios que podem arcar com os custos dessa responsabilidade", diz Suassuna.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) também pretende fortalecer o papel dos municípios no combate à criminalidade, mas pela ampliação da competência das guardas municipais. Proposta de emenda à Constituição de sua autoria prevê a possibilidade de as guardas atuarem de forma suplementar na segurança pública, por meio de convênios firmados entre as prefeituras e os governos estaduais.

"Essa emenda constitucional vem ao encontro da real necessidade da população, uma vez que restou mais que provado que o Estado não tem conseguido atender às demandas sociais, existindo um claro muito grande de homens e viaturas para dar proteção à população", afirma Porto na justificativa da proposta, que aguarda parecer de seu relator na CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Carlos Bezerra quer presídios funcionando de acordo com a lei

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá discutir e votar, no reinício das atividades legislativas, projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que dá prazo de 120 dias à União para que firme convênio com estados e municípios para a adequação dos estabelecimentos penais existentes e a construção de novos com vistas ao cumprimento de dispositivos constitucionais e da Lei de Execução Penal. O projeto será votado em caráter terminativo, e, se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputa-

dos, se não houver recurso para sua apreciação em Plenário.

O senador lembra, na justificativa de seu projeto, os dispositivos da Constituição de 1988 relacionados com a Lei de Execução Penal, entre eles o que estabelece que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado. Cita, ainda, aquele que estabelece que ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante e o que dá aos presos o direito a receber dos órgãos públi-

cos informações de seu interesse.

— Infelizmente, decorridos quase 13 anos da promulgação da Constituição federal, principalmente no que se refere à questão carcerária, os direitos e garantias fundamentais continuam a ser desrespeitados e ignorados — afirma.

Carlos Bezerra lembra que milhares de presos continuam submetidos a tratamento desumano e degradante e a grande maioria deles não tem qualquer informação a respeito do tempo de pena a cumprir ou do regime em que isso deve ser

feito. Para o senador, essas irregularidades acontecem em consequência da ausência de um adequado método de controle, que impede o cumprimento da lei.

Por isso o senador propõe ainda alterações na Lei de Execução Penal, estabelecendo que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária seja integrado pelos secretários de Segurança dos estados e presidido pelo ministro da Justiça. A proposta não retira do conselho os especialistas em Direito Penal, Processual Penal e Penitenciária.



Segundo Carlos Bezerra, "direitos e garantias fundamentais continuam a ser desrespeitados e ignorados"

rio e especialistas de áreas afins, que passariam a integrar uma comissão executiva que funcionaria como órgão de assessoramento superior.

Lista elaborada pelo governo é polêmica, diz Alcântara

Para o senador, os projetos que o Executivo pretende ver aprovados ainda este ano pelo Legislativo “são de difícil aprovação”. A flexibilização da CLT, por exemplo, está entre as propostas que necessitam de maior discussão, afirma

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmou que a lista elaborada pelo Executivo, indicando ao Congresso as propostas que considera prioritárias para serem votadas este ano, precisa ser discutida com cuidado. Vários projetos listados, disse, “são muito polêmicos e de difícil aprovação pelo Parlamento”. A elaboração da lista, contudo, foi uma decisão importante adotada pelo governo, pois definiu as suas prioridades, segundo Alcântara.

— O governo tem o direito de sinalizar para o Congresso o que considera mais importante.

Entre as propostas, Lúcio Alcântara considera a flexibilização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) a que talvez necessite de maior discussão. Trata-se, para o senador, de matéria “extremamente polêmica” e que precisa ser estudada e discutida “com muito cuidado pelo Congresso”. Outras, como a que prevê a regulamentação do sistema de saneamento bá-

sico, são de difícil aprovação este ano, disse.

O senador ponderou que também merece exame cuidadoso a proposta de regulamentação do sistema financeiro, que inclusive define mandatos para dirigentes do Banco Central, “elevando em muito o grau de independência” da instituição, de modo a deixá-la mais livre para executar a política monetária do país.

CPMF

A prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), para vigorar até o final de 2003, talvez não encontre tantas resistências à sua aprovação, opinou.

Alcântara considera que o Congresso vai discutir os projetos sugeridos pelo governo, mas “irá muito além disso”, inclu-

Projetos classificados como prioritários pelo Executivo	
Proposta	Tramitação
PEC que prorroga a CPMF até 2003	Câmara dos Deputados
Projeto de lei complementar que regulamenta o sistema financeiro	Câmara dos Deputados
Projeto de lei que regulamenta o sistema de saneamento básico	Câmara dos Deputados
Projeto de lei que flexibiliza as leis trabalhistas	Já aprovado na Câmara, tramita no Senado em regime de urgência
Projeto que regulamenta a previdência complementar e os fundos de pensão dos servidores públicos	Câmara dos Deputados
Projeto que reformula a Lei das Falências	Câmara dos Deputados
Propostas da Câmara de Gestão da Crise de Energia que mudam regras do setor energético	Algumas estão na Câmara dos Deputados. Outras ainda não chegaram ao Congresso
Proposta de aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal	Câmara dos Deputados
Matérias sobre segurança pública, como a unificação e integração das polícias, ampliação das prerrogativas das guardas municipais, reforma do sistema penitenciário e outras	Senado e Câmara dos Deputados



Lúcio Alcântara

indo na lista outras prioridades da sociedade.

— Eu acrescentaria à lista, logo de início, a proposta que proíbe a comercialização de armas no país, porque diz respeito a uma das maiores preocupações de hoje de toda a sociedade, que é o crescimento da violência.

O senador discorda do entendimento dos parlamentares que defendem a posse de armas de fogo limitada à residência, como forma de o cidadão se proteger.

— Sou a favor do projeto que proíbe a comercialização de armas, porque a posse de uma arma por um cidadão qualquer nunca contribuiu para melhorar a defesa em lugar nenhum.

Tebet defende continuidade da contribuição

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que concorda com a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2003. A medida é defendida pelo Executivo.

— A CPMF entrou no cotidiano do brasileiro e tem uma finalidade nobre, que é canalizar recursos para a saúde. Eu sou favorável à sua prorrogação, por isso e pelo fato de ser esse o único mecanismo que realmente evita a sonegação.

Freitas Neto propõe esforço do Congresso

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) defende esforço do Legislativo para apreciar, principalmente neste semestre, os projetos que o governo federal considera prioritários para o país. Para o senador, embora seja ano eleitoral, o Congresso não pode ficar paralisado. “O que for importante para o país deve ser apreciado e discutido”, afirmou, destacando que todas as questões são polêmicas mas com condições de aprovação.

A relação das prioridades deve ser encaminhada pelo Executivo logo na abertura dos trabalhos do Legislativo, a partir do dia 15 deste mês, e inclui projetos para reforçar a segurança no país. Estes, na opinião do senador, devem ser a prioridade número um na pauta do Congresso. “Há uma expectativa nacional e o Congresso deve dar uma resposta imediata ao que o Executivo está sugerindo, para não ser responsabilizado pelo atraso.”

A prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de julho deste ano até o final de 2003, conta com o apoio de Freitas Neto.



Freitas Neto: projetos listados pelo governo podem ser aprovados

Dutra quer prorrogação da CPMF, mas com alíquota menor

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) é favorável à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), uma das propostas em tramitação no Congresso Nacional considerada prioritária pelo Executivo para 2002. O senador, líder do Bloco Oposição, propõe, no entanto, que seja discutida a redução da alíquota do imposto.

— A CPMF já se mostrou um eficiente instrumento no combate à sonegação, responsável pela descoberta de diversos “laranjas”. O problema é que o governo não respeita a vinculação da aplicação dos recursos para a área social. Dá com uma mão e tira com a ou-

tra — afirmou.

Dutra também criticou a intenção do governo de alterar as regras para escolha do presidente do Banco Central, proposta que estaria embutida no projeto de lei complementar que regulamenta o sistema financeiro nacional, em tramitação na Câmara dos Deputados. O governo, disse, pretende fixar um mandato para o ocupante do cargo.

— Existem outras questões prioritárias na regulamentação do funcionamento das instituições do sistema financeiro. Ao propor que o presidente do Banco Central tenha um mandato, o próximo governo vai ficar engessado.

Entre as demais propostas apontadas pelo Palácio do Planalto como as mais importantes, Dutra criticou o projeto, já aprovado pela Câmara, que flexibiliza regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). “A oposição vai votar contra. Essa proposta não é prioridade em tempo algum”, informou.

O líder da oposição também questionou se o governo realmente considera prioritárias algumas das propostas elencadas. O projeto que prevê a privatização das



Dutra: governo não respeita vinculação da CPMF para área social

empresas estaduais de saneamento básico e novas regras para o setor, exemplificou, está parado na Câmara porque as autoridades do governo não concordaram com as alterações sugeridas pelos deputados na comissão especial. “O próprio governo está obstruindo e agora diz que é prioridade.”

As propostas que buscam a melhoria do sistema de segurança pública são, avalia, as verdadeiras prioridades do Legislativo este ano.

Alberto Silva: PMDB ainda vai discutir as propostas

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) informou que está aguardando uma decisão do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), sobre como os parlamentares da bancada devem posicionar-se em relação às propostas listadas como prioritárias pelo Executivo. O Palácio do Planalto



Alberto Silva quer garantir prioridade às propostas sobre violência

definiu várias posições que considera essenciais para exame da Câmara dos Deputados e do Senado este ano, entre elas a prorrogação da CPMF, classificada como fundamental para viabilizar o Orçamento do próximo ano, a emenda que permite a regulamentação do sis-

tema financeiro, a que regulamenta os fundos de pensão dos servidores públicos e a que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Para Alberto Silva, embora a prorrogação da CPMF seja considerada uma medida impopular, contra a qual ele próprio se posiciona, a decisão sobre o apoio à aprovação da proposta “caberá ao partido”.

— Sou um homem de partido e

guardo o encaminhamento partidário — sustentou. Ele considerou que as proposições relativas à segurança devem receber atenção especial do Parlamento neste início de ano, principalmente diante da escalada da violência.

Alberto Silva registrou ainda que Renan Calheiros deve convocar reunião para ouvir os membros do PMDB sobre as matérias listadas pelo Planalto como essenciais para discussão.